Jornal do Professor

Adufg SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO IX– Nº 73– OUTUBRO DE 2021

@adufgsindicato

SINÔNIMO DE RESISTÊNCIA

Páginas 8 e 9

Arte: Thamires Vieira

UFJ

AVANÇA A IMPLANTAÇÃO DO JATAITECH

Página 6

MEIO AMBIENTE

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DOURADA SOFRE GRAVES IMPACTOS

Página 7

RETROCESSO

CIÊNCIA BRASILEIRA VIVE CENÁRIO DE DESMONTE

Página 10

TRAJETÓRIA

PROFESSOR RICARDO BARBOSA TEM LUTA A FAVOR DE GRUPOS VULNERÁVEIS

Página 16

prestação de contas

Maio de 2021

1	**Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros**	
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	378.240,08
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.461,89
1.4	Receitas Financeiras	14.845,60
1.5	Outras Receitas	384,61
1.6	Resgate de aplicações financeiras	130.871,50
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	4.864,57
Total R$		**520.939,11**

2	**Custos e Despesas Operacionais**	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	63.061,57
2.1.2	Encargos Sociais	57.827,32
2.1.3	Seguro de Vida	715,60
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	2.228,93
2.1.5	Ginástica Laboral	649,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	34.507,89
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	975,37
Total R$		**159.965,68**

2.2	**Serviços Prestados por Terceiros**	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.455,68
2.2.2	Despesas com Correios	576,30
2.2.3	Energia Elétrica	3.370,72
2.2.4	Honorários Advocatícios	10.573,86
2.2.5	Honorários Contábeis	4.320,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	5.750,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	7.886,13
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	419,90
2.2.11	Vigilância e Segurança	521,83
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	2.864,97
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	786,06
Total R$		**39.925,45**

2.3	**Despesas Gerais**	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	4.615,29
2.3.2	Despesas com Táxi	20,50
2.3.3	Despesas com Coral	2.200,00
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	1.366,02
2.3.5	Diárias de Viagens	1.274,60
2.3.6	Tarifas Bancárias	885,07
2.3.7	Lanches e Refeições	1.483,62
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	8.238,76
2.3.10	Manutenção de Veículos	90,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.162,38
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	8.025,86
2.3.16	Hospedagens Hotéis	0,00
2.3.17	Material de expediente	0,00
2.3.18	Outras despesas diversas	7.536,48
2.3.19	Manutenção e Conservação	3.414,05
2.3.20	Homenagens e Condecorações	280,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	4.034,65
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.163,63
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	0,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	1.448,80
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	22,71
Total R$		**48.262,42**

2.4	**Despesas Tributárias**	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	3.040,77
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	776,51
Total R$		**3.817,28**

2.5	**Repasse Fundo Social e Contribuições**	
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.571,12
Total R$		**27.571,12**

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R$	**279.541,95**
3 Resultado do exercício 04.2021 (1-2)	**241.397,16**

4	**Atividades de Investimentos**	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	260.715,64
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R$		**260.715,64**

4.2	**Intangível**	
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R$		**0,00**

4.3	**Aplicações Financeiras**	
4.3.1	Aplicação	40,00
Total R$		**40,00**

Total Geral dos Investimentos R$	**260.755,64**
5 Resultado Geral do exercício 05.2021 (3-4)	**-19.358,48**

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

EDITORIAL

CAOS FINANCEIRO E RADICALIZAÇÃO DE BOLSONARO

Não há a menor dúvida que a pandemia de Covid-19 tem feito o Brasil atravessar sua maior crise de saúde da história recente. Mas, infelizmente, os problemas nacionais não se limitam às questões sanitárias. A falta de políticas que, de fato, atendam aos anseios do País tem feito a economia brasileira desacelerar a inflação aumentar cada dia mais.

Para 2022, o cenário também é pessimista, o que tem feito a popularidade do presidente Jair Bolsonaro derreter diariamente. Os poucos mais de 20% que o mandatário registra atualmente em pesquisas de intenção de voto devem diminuir na medida que a crise avança, o que pode fazê-lo radicalizar ainda mais seu discurso golpista.

Embora tenha adotado tom de pacificação com os demais poderes após ter feito ameaças golpistas, o fato é que, quanto menores as chances de Bolsonaro permanecer no cargo por via eleitoral, maiores são as chances de que ele tente permanecer por meio de algum tipo de ruptura.

Em 7 de setembro, Bolsonaro mobilizou seu exército de apoiadores mais radicais e conseguiu que uma enorme base social conservadora e de extrema-direita se fosse apoiar suas palavras de ordem. Trata-se de um grupo que professa a mesma visão de mundo e do Brasil, que estará com Bolsonaro em qualquer situação, ainda que não haja, no momento, uma definição de seus próximos passos: impedir seu impeachment ou cassação pela Justiça Eleitoral, dar um golpe militar ou mesmo inviabilizar as eleições de 2022.

Portanto, é preciso que toda a população esteja vigilante. Bolsonaro não mudou da noite para o dia e espera ter qualquer oportunidade para dar um golpe ou impedir o calendário eleitoral do próximo ano. O presidente permanece contra as liberdades e não consegue conviver com a democracia. É preciso detê-lo antes que seja tarde e seu radicalismo destrua os direitos de todos.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280
jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Adufg SINDICATO
PROIFES FEDERAÇÃO

19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Fernando Pereira dos Santos
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO IX – Nº 72

AGOSTO de 2021

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Vinicius Braga (JP 3219 GO)
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Erik Ely

Diagramação: Thamires Vieira

Data de fechamento: 03/08/2021

Tiragem: 2500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br

Luciana de Oliveira Dias*

“NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS!”

Inspirada pelo lema adotado pelas pessoas com deficiência em uma luta contra o capacitismo, por plena participação e inclusão efetiva nos mais variados setores da sociedade, aceito o desafio de escrever este pequeno artigo que versa sobre direitos humanos e violências, colocando um enfoque na necessária radicalização na realização do antirracismo e do anti-patriarcado. Uma questão inicial é: em que medida estão assegurados, no âmbito das instituições, os direitos mais fundamentais de sujeitos não hegemônicos sobre os quais prevalecem o que Patricia Hill Collins, em sua obra “Pensamento Feminista Negro” (1990) chama de “imagens de controle”, ou seja, estereótipos que são aplicados a sujeitos discriminados? – De fato, não estão assegurados.

No Brasil, especialmente no contexto das universidades, muito se tem falado acerca da importância de realizar discussões, palestras, rodas de conversa e até mesmo algumas pesquisas, no campo das Humanidades, sobre violação de direitos de sujeitos historicamente discriminados e que experimentam essa discriminação de maneira cumulativa e interseccionada, como é o caso das mulheres negras. Eu mesma, uma intelectual negra, tenho sido chamada, com alta frequência, a falar e ser escutada. E muito tenho falado, o que exige de mim um dispêndio de altas doses de energia intelectual (com estudos realizados por décadas) e afetiva (por tocar em dores encrudescidas por cruéis estruturas societárias). Tenho falado e, ao mesmo tempo, tenho presenciado também o confortável lugar da escuta de meus interlocutores, que a partir de suas instituições, e de seus lugares de branquitude, nada mobilizam.

> “É URGENTE A SUPERAÇÃO DESSAS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS, DE PERPETUAÇÃO DE INJUSTIÇAS SOCIAIS E DE CONSTANTE ATUALIZAÇÃO DE DESIGUALDADES HERDADAS DE UM PERÍODO HISTÓRICO DE DOMINAÇÃO COLONIAL.”

Meu cansaço é gigantesco, ainda assim sigo, porque o descanso não é um direito, mas um privilégio de raça, de gênero, de classe. Sigo falando, discutindo, debatendo, sendo escutada (disto não estou segura), denunciando uma estrutura societária e institucional consolidada sobre discriminações históricas e que é eficazmente reproduzida contemporaneamente. A reprodução dessa estrutura se deve ao fato de assegurar desigualdades entre sujeitos inferiorizados, subjulgados e indesejáveis e sujeitos que se beneficiam desse modelo de interações sociais, de base racista e patriarcal, que distribui desigualmente bens materiais e simbólicos. Sigo também incansavelmente em busca por agências, que incluem ocupação de espaços, reparadoras e compensatórias das perversas discriminações sofridas por mais da metade da população brasileira.

As mulheres negras, por exemplo, são alijadas desses espaços de tomada de decisão, que em alguma medida são também espaços de poder. Basta um olhar mais acurado e sensibilizado pelo antirracismo e anti-machismo sobre as instituições que ocupamos para que se perceba a baixa representatividade, beirando o campo das exceções; a baixa expectativa que se faz sobre essas mulheres negras; e, a operação de dispositivos institucionais de controle extremado desses corpos, definindo onde, quando e como é permitida sua circulação. Em outras palavras, sobrevivem e se reproduzem eficazmente os sofisticados mecanismos discriminatórios que causam dor, sofrimento e exclusão em mais da metade da população brasileira, ao mesmo tempo em que garantem privilégios (Sim! Não são direitos, muito menos mérito) da outra metade da mesma população.

É urgente a superação dessas situações de violação de direitos, de perpetuação de injustiças sociais e de constante atualização de desigualdades herdadas de um período histórico de dominação colonial. Essas situações que estruturam as relações sociais no Brasil e que se reproduzem nas instituições, todas elas, devem ser corajosamente enfrentadas, para sua superação. O enfrentamento de que falo aqui deve avançar, ampliando a dimensão do discurso, da tematização, das palestras e da hipócrita escuta, em direção à agência, à ação, ao engajamento e à abertura institucional para a ocupação dos seus espaços por corpos reiteradamente violentados em decorrência de seus pertencimentos. Pertencimentos estes presumidos sócio-politicamente como violentos e desprovidos de inteligência e de beleza.

Sem agência e um comprometimento institucional - considerando que as instituições são formadas por pessoas - com ações antirracistas, anti-patriarcais e anti-discriminatórias em qualquer dimensão, não há efetivação de direitos humanos em sociedades de base discriminatória. Considero que tematizar a questão, discutir sobre violências racistas e machistas, é importante, mas insuficiente para que se realizem ambientes justos e democráticos. Além das discussões, fundamental é a ocupação de espaços de tomada de decisão e poder por corpos que sejam representativos da diversidade étnico-racial, de gênero, de sexualidades, etárias, de pessoas com deficiências etc., uma diversidade que, de fato, compõem a sociedade como um todo. Este é um aprendizado adquirido com as experiências de implementação de políticas sociais, de ações afirmativas e afro-reparatórias, que tem nos ensinado a transgredir, imprimindo sentido ao lema “nada sobre nós, sem nós!”.

Luciana de Oliveira Dias é professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidades Federal de Goiás (FCS-UFG)

O conteúdo dos artigos expressa a opinião dos autores

*Elias Menta Macedo

REFORMA ADMINISTRATIVA AMEAÇA DIREITOS E PODE CAUSAR DANOS À SOCIEDADE

A PEC 32/2020, conhecida como a PEC da reforma administrativa, com o argumento de equilíbrio fiscal e austeridade, pretende fazer alterações constitucionais no Serviço Público, abrindo espaço para na fase subsequente reformular as Leis que mudarão frontalmente o disciplinado no Regime Jurídico Único (RJU), que deixará de ser único, passando a admitir cinco modalidades de contratação, incluindo a possibilidade de um período de experiência como fase do concurso público, em que o aprovado em primeiro lugar em determinado concurso, pode não ser efetivado em detrimento de outros menos bem colocados, restando apenas para os servidores das carreiras típicas de estado (que ainda sequer se sabe quais serão as categorias compreendidas como tal) parte substancial das garantias que conhecemos hoje.

A proposta, caso tal texto seja aprovado, modifica o modelo de serviço público existente, que passará de um modelo de política de Estado, para um modelo de Governo, que ao sabor dos ventos e eleições, poderão modificar os quadros de servidores, que ficarão mais vinculados às suas chefias e ao governante da época, o que implica, como é evidente, em um maior nível de exposição dos servidores ao assédio e a corrupção, pela precariedade e transitoriedade dos cargos, viabilizando praticas conhecidas como, por exemplo, a da rachadinha e os assédios morais e sexuais.

A Reforma Administrativa, caso aprovada, ainda terá o condão de precarizar todo o serviço público, pois traz consequências e vedações inclusive para as carreiras típicas de estado, mas mais que isso é preciso entender que as carreiras típicas de estado serão aquelas que o congresso definir como tal em Lei posterior por vontade política, abrindo o caminho para ampla terceirização e fragilização das categorias que não forem compreendidas como típicas de estado, que poderão ter os serviços por elas desempenhados transferidos para iniciativa privada, tornando realidade em um mesmo local, com funções idênticas, diferentes regimes de contratação, com diferentes remunerações e direitos, precarizando a força de trabalho e transferindo mais uma significativa fatia do orçamento público para a iniciativa privada administrar e subtrair seu lucro.

Precarizando as contratações, os regimes, as garantias e as carreiras, duas consequências são imediatas, sendo que a primeira é tornar menos atrativa a entrada no serviço público, principalmente nas carreiras que não forem típicas de estado, se tronando um verdadeiro desincentivo para que pessoas mais bem qualificadas tenham interesse pelos cargos. A segunda consequência é na qualidade do serviço público que será entregue para população, pois a precarização das contratações e o desincentivo do ingresso, reduzirá a força de trabalho do ponto de vista qualitativo e quantitativo. Além desses dois pontos, pode se destacar a descontinuidade do serviço público, a dificuldade que será seu planejamento e a perda de informações, como outros fatores impactantes no curto e médio prazo.

Inegável, portanto, que a PEC32/2020 já promove e anuncia que haverá ainda mais ataques e precarização do serviço público nas regulamentações que virão no caso de sua aprovação, serviço público este que é um bem de todos e historicamente tem se mostrado, mesmo com todas as restrições orçamentárias, como importantíssimo garantidor e executor do conteúdo das garantias previstas na Constituição de 1988, merecendo um justo reconhecimento pelo protagonismo no enfrentamento da pandemia e a adesão da sociedade para dizer não à PEC 32/2020 e seus deletérios efeitos.

> “PRECARIZANDO AS CONTRATAÇÕES, OS REGIMES, AS GARANTIAS E AS CARREIRAS, DUAS CONSEQUÊNCIAS SÃO IMEDIATAS, SENDO QUE A PRIMEIRA É TORNAR MENOS ATRATIVA A ENTRADA NO SERVIÇO PÚBLICO, PRINCIPALMENTE NAS CARREIRAS QUE NÃO FOREM TÍPICAS DE ESTADO, SE TRONANDO UM VERDADEIRO DESINCENTIVO PARA QUE PESSOAS MAIS BEM QUALIFICADAS TENHAM INTERESSE PELOS CARGOS. A SEGUNDA CONSEQUÊNCIA É NA QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO QUE SERÁ ENTREGUE PARA POPULAÇÃO, POIS A PRECARIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES E O DESINCENTIVO DO INGRESSO, REDUZIRÁ A FORÇA DE TRABALHO DO PONTO DE VISTA QUALITATIVO E QUANTITATIVO.”

**Elias Menta é advogado e mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás*

O conteúdo dos artigos expressa a opinião dos autores

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG
e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por João de Deus

Vergonha internacional

A passagem do presidente Jair Bolsonaro na Assembleia-Geral da ONU colocou o Brasil em situação vexatória perante o mundo. Jornais de diversos países destacaram, além do discurso repleto de mentiras e informações distorcidas, a estadia "conturbada" da comitiva brasileira em Nova York, que protagonizou polêmicas que vão desde jantares realizados em calçadas de restaurantes ao encontro com o primeiro-ministro britânico Boris Johnson. A opção de Bolsonaro em afirmar que não tomou vacina contra a Covid-19 foi o tema mais abordado pela imprensa internacional, além de sua defesa em relação à política do governo para o meio ambiente. Manifestantes, inclusive, protestaram para as inverdades no discurso do mandatário.

Contraditório

Em seu discurso na ONU, Bolsonaro disse estar comprometido com a proteção do meio ambiente. A fala não convenceu ninguém, uma vez que o presidente coleciona medidas de devastação dos recursos naturais, como a pressão para abrir mais a floresta amazônica para a mineração e a agricultura.

Ciência brasileira em perigo

Proposta aprovada pelo Congresso remanejou mais de R$ 600 milhões do Orçamento, que anteriormente seriam utilizados para o financiamento de pesquisas, e destinou recursos para aplicações em outras áreas de sete ministérios.

Sem perspectivas

Não existe perspectiva para a ciência brasileira caso o corte de 92% de recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia, proposto pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, seja mantido. "Deixar menos de 10% do orçamento previsto é assustador", afirmou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Renato Janine Ribeiro, em entrevista publicada pelo Jornal Brasil Atual.

Sucessão

Lideranças partidárias do "Centrão" têm discutido a possibilidade de Bolsonaro não disputar as eleições de 2022. De acordo com a jornalista Mônica Bergamo, da Folha de São Paulo, o mandatário estaria negociando apoio nos processos para evitar ser preso quando deixar o mandato. A ideia também seria de que o presidente escolhesse um sucessor para a disputa do próximo ano. Em troca, ganharia apoio de políticos nos diversos processos na justiça, que serão julgados caso ele deixe o mandato. Conforme publicado pela jornalista, o próprio Bolsonaro já disse que existe a possibilidade de ser preso, caso deixe a Presidência da República.

Fotos: Erik Ely

Movimentos contra o governo Bolsonaro tomaram conta das ruas de Goiânia nos últimos meses

Machismo

O ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário, conseguiu inserir o machismo na pauta da CPI da Covid. Em sessão tumultuada, Rosário chamou a senadora de Simone Tebet (MDB-MS) de "descontrolada". A fala rendeu reações enérgicas de congressistas, o que fez com que o titular do primeiro escalão do governo Bolsonaro pedisse desculpas publicamente para a parlamentar.

Preocupante

O Senado aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que livra de punição os estados e municípios que não investiram em 2020 e 2021 a porcentagem mínima de recursos resultantes de impostos exigida pela Constituição em educação. Agora, o texto segue para votação na Câmara dos Deputados.

Sem autoridade

Secretários estaduais de Saúde têm visto com indignação as atitudes mais recentes do ministro Marcelo Queiroga e afirmam não ter mais confiança no titular do Ministério da Saúde. Nos últimas dias, Queiroga emendou uma série de episódios de repercussão negativa. Após pressão de Bolsonaro e seus apoiadores mais radicais, suspendeu orientação sobre vacinar adolescentes de 12 a 17 anos contra a Covid-19. Depois, mostrou o dedo do meio a manifestantes em Nova York. Para os secretários estaduais, o ministro perdeu todas as condições necessárias para continuar à frente da pasta, já que prefere ignorar fundamentos científicos para aderir aos comandos de Bolsonaro.

RÁPIDAS

Discurso

Ao tomar posse para mais um mandato no comando da Procuradoria-Geral da República, Augusto Aras defendeu uma gestão "sem estresse, sem escândalo, com respeito aos direitos e às garantias fundamentais".

Offline

Depois de ter a conta no Twitter retirada do ar, o canal do YouTube Terça Livre e o perfil pessoal do influenciador bolsonarista Allan dos Santos no Instagram estão fora do ar. O bloqueio atende a uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, no inquérito que apura a atuação das milícias digitais.

E o Dória?

Para Eurasia, consultoria de risco político no mundo, Eduardo Leite é o favorito para vencer as prévias do PSDB.

UFJ ACELERA IMPLEMENTAÇÃO DO TERCEIRO PARQUE TECNOLÓGICO DO ESTADO, O JATAÍTECH

Com credenciamento provisório na Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação já realizado, próxima etapa consiste na efetivação da implementação e construção do complexo

Foto: Acervo pessoal

Professor Thiago André Carreo Costa explica que próxima etapa consiste na efetivação da implementação e construção do complexo

Luciana Porto

O Brasil está entre os sete países com maior número de parques tecnológicos em funcionamento no mundo, ficando atrás de países como Estados Unidos, Japão e a China. Um levantamento realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV) revelou que, nos últimos 10 anos, o número de parques tecnológicos em operação no País saltou de 20 para 55, uma alta de 175%. Atualmente, Goiás conta com três parques tecnológicos credenciados ou em fase de credenciamento: Parque Científico Tecnológico Samambaia, localizado em Goiânia no Campus II da Universidade Federal de Goiás (UFG); Parque Científico Tecnológico TECNOIF, situado no município de Rio Verde no campus do Instituto Federal Goiano; e o Parque Tecnológico Jataí - JataíTech, com sede na Universidade Federal de Jataí (UFJ). Este último está em processo para credenciamento definitivo, fase em que a universidade, poder público e a sociedade discutem e ampliam ideias para o fortalecimento do JataíTech e construção do complexo.

De acordo com o docente Thiago André Carreo Costa, diretor executivo do parque e coordenador geral da área de inovação tecnológica da UFJ, o pré-credenciamento na Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação foi realizado há três anos. "Formalmente já existimos, agora estamos em busca do processo de implantação e dos meios de construção do complexo do parque tecnológico, já temos o espaço físico que será destinado a isso, mas atualmente ainda trabalhamos compartilhando estruturas da universidade. Acreditamos que o credenciamento definitivo vai nos proporcionar opções de recursos financeiros que viabilizarão esse complexo", explica.

Em meados deste ano, a UFJ retomou a discussão para implementação definitiva do JataíTech. Em visita de benchmarking a três Parques Tecnológicos de São Paulo, o reitor da universidade, professor Américo Nunes da Silveira Neto, a vice-reitora, professora Giulena Rosa Leite, e o vice-prefeito do munícipio, Geneilton Filho de Assis, entenderam o papel da universidade, dos órgãos governamentais e da sociedade na implantação e funcionamento do JataíTech. De acordo com Carreo, o complexo do Parque Tecnológico Jataí já possui projeto estrutural e contara com três áreas: uma para espaço administrativo e de convivência, outra para incubadora de empresas, e um terceiro local destinado aos centros de pesquisas e laboratórios. "Queremos que esse ecossistema seja conhecido dentro e fora da comunidade acadêmica."

Outro dado importante revelado pela pesquisa promovida pelo MCTI e UFV mostra que os parques tecnológicos brasileiros são relativamente jovens. De acordo com a pesquisa, 20% têm mais de 14 anos de operação e 65% estão com menos de 10 anos de funcionamento. Além disso, o estudo apontou que as áreas de atuação desses complexos são 82% voltadas para tecnologia da informação, seguido pelo setor de energia com 61%. Saúde, que é uma área importante a este momento de pandemia, tem 46% dos parques tecnológicos nacionais. No JataíTech, Carreo pontua que a alta demanda do parque tecnológico está ligada ao setor produtivo da cidade. "Quando uma indústria está precisando de uma solução específica para algum problema, normalmente procuram a universidade para este apoio. O parque tecnológico é a ponte entre essa parceria do setor produtivo e a comunidade acadêmica. Só lembrando que o parque faz link não apenas com a UFJ, mas também com outras instituições públicas e privadas de todo o Brasil e mundo. Se alguém do setor produtivo precisa de uma solução que não encontramos aqui em Jataí, nós vamos buscar em outras localidades", enfatiza o diretor do JataíTech.

O diretor executivo do parque tecnológico comenta que a comissão está contando com o apoio de consultores de São Paulo que possuem larga experiência em implantação de parques tecnológicos. Carreo critica que há muitas informações falsas sobre o que são esses ecossistemas, o que prejudica o trabalho de implementação e consolidação desses setores de inovação. "Não pretendemos inventar o processo de como os parques tecnológicos devem ser feitos, muito pelo contrário. Estamos contando com a expertise de pessoas que possuem know how na área para que possamos errar o menos possível. Os parques tecnológicos já existem nos Estados Unidos desde a década de 1970, e no Brasil na década de 1980, ou seja, não estamos inventando nada. Queremos aplicar modelos que dão certo, com otimização de recursos e tempo", pondera.

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DOURADA PEDE SOCORRO

INTENSOS IMPACTOS AMBIENTAIS TÊM COMPROMETIDO A CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA UNIDADE

Vinicius Braga

Com uma área aproximada de 30 mil hectares, o Parque Estadual da Serra Dourada, localizado nos municípios de Cidade de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás, é um rico patrimônio ambiental, ecológico e cultural do estado de Goiás. Ele corresponde a uma das unidades de conservação definida por decreto estadual, em junho de 2003, com o objetivo de preservar as nascentes, os mananciais, a flora, a fauna e as belezas naturais, bem como controlar a ocupação do solo da região.

Porém, na prática, a realidade é outra. O que se vê é um cenário de intensos impactos ambientais que comprometem a conservação e preservação da unidade. A professora Karla Maria Silva de Faria, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG), coordena o Grupo de Pesquisa Geoecologia das Paisagens do Cerrado e faz um alerta em relação à atual situação.

"Assim como em outras unidades de conservação, o regramento de visitação não está bem estabelecido e ainda não há Plano de Manejo, que direciona a gestão das áreas protegidas. São observados vários problemas no parque, como: expressivos processos erosivos, coleta de espécies nativas por visitantes, abertura de novas trilhas em áreas não apropriadas, coleta de sedimentos (areias coloridas) existentes na porção superior da Serra, invasão de espécies vegetacionais invasoras e focos de incêndios", diz a docente, que também representa a UFG no Conselho Consultivo de algumas unidades de conservação estaduais.

Ela acrescenta que os incêndios florestais na unidade de conservação está vinculada à visitação (fogueiras em áreas de camping não autorizados) como também com conflitos com a zona de amortecimento, que é uma área estabelecida ao redor de uma unidade com o objetivo de filtrar os impactos negativos das atividades que ocorrem fora dela. "A vegetação de Cerrado existente no parque é propicia à queima, que associada a outros fatores, como a declividade, favorecem a rápida propagação de incêndios florestais", reforça.

Irregularidades

As questões descritas pela docente são preocupações recorrentes do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), na Cidade de Goiás. O professor Robson de Sousa Moraes, do curso de Geografia, faz parte do Núcleo e ressalta que a situação encontrada pelos estudiosos é alarmante.

"Se existe um parque com problema, esse parque é o Serra Dourada. Há um tempo, a organização WWF-Brasil fez uma pesquisa sobre unidades de conservação de Goiás. O Parque Serra Dourada foi eleito com a pior gestão. Na verdade, não há gestão", afirma o docente.

Ele ainda pontua que, dos quase 30 mil hectares, 5.500 pertencem a grandes propriedades, 4.929 a médias e 1.837 a pequenas. "Ou seja, temos mais de 10 mil hectares ocupados por propriedades privadas com algum tipo de produção. Isso é muito grave".

Entre as atividades ilegais mais comuns no local, Robson destaca a bovinocultura, plantação de eucalipto, agricultura, mineração, prática de motocross, entre outras. Outro problema que decorre da criação de boi são as queimadas. "Elas são provocadas para ampliar as áreas de pastagens e isso intensifica cada vez mais o desmatamento. Somente em agosto deste ano, nós identificamos 19 focos de incêndio. São frequentes as denúncias neste sentido".

Gestão

A solução, de acordo com o professor, é haver gestão por parte do Governo Estadual. "Em tese, quando se cria um parque, é preciso criar um Plano de Manejo, o que não tem no Serra Dourada. Ele nunca foi elaborado e isso abre brechas para que qualquer atividade seja desempenhada. É um documento fundamental para saber qual é a atuação permitida em uma unidade de conservação", explica.

Para ele, é necessário urgentemente um diagnóstico das condições do local, por meio da identificação da situação da fauna, flora, dos recursos hídricos, entre outros. "A falta disso faz com que as propriedades privadas entendam que o parque só existe no papel. Porém, a legislação diz outra coisa. Enquanto não tiver um Plano de Manejo, nenhuma atividade produtiva é permitida. Essa é uma tarefa que o estado precisa assumir para que o parque não tenha a sua preservação ainda mais comprometida", finaliza.

Fotos: GWATÁ / Núcleo de Agroecologia da UEG

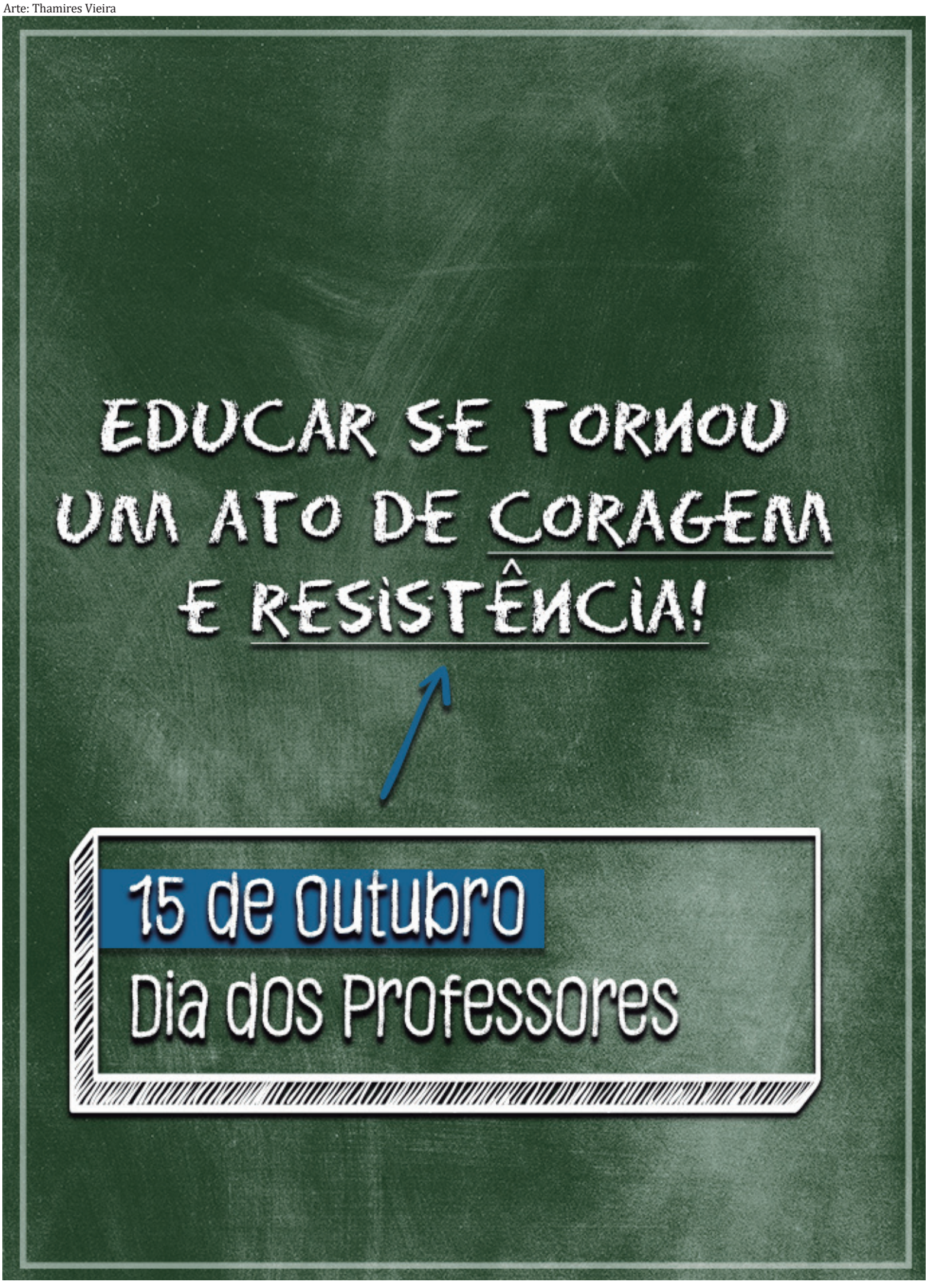
Queimadas são provocadas para ampliar as áreas de pastagens, intensificando cada vez mais o desmatamento

Ausência de Plano de Manejo abre brechas para atividades irregulares na unidade

SER PROFESSOR NO BRASIL ATUAL É SINÔNIMO DE RESISTÊNCIA

DEFASAGEM SALARIAL, DESVALORIZAÇÃO, AMEAÇAS À ESTABILIDADE, CORTES ORÇAMENTÁRIOS, FALTA DE INVESTIMENTO EM CIÊNCIA E PESQUISA, ATAQUES À AUTONOMIA ACADÊMICA E ESGOTAMENTO MENTAL ESTÃO ENTRE OS PRINCIPAIS MOTIVOS

Arte: Thamires Vieira



EM 2021, MAIS DO QUE NUNCA, DIA DOS PROFESSORES SE TORNOU SINÔNIMO DE LUTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO

Rafael Vaz

Segundo Paulo Freire, o Dia dos Professores é um convite para que todos repensem seus papéis, uma vez que é por meio deles que se demonstram o compromisso com a educação. "Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios", disse o filósofo e educador. Em 2021, mais do que nunca, a data é sinônimo de resistência e compromisso com o futuro do País.

Educadores de todo o Brasil têm encontrado perspectivas cada vez mais desafiadoras para o exercício de suas atividades. "Nossos professores enfrentam dificuldades que passam por baixos salários, desvalorização e falta de investimentos em pesquisa e conhecimento", avalia o diretor de Relações Internacionais da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação), professor Eduardo Rolim.

O quadro de desvalorização e poucas perspectivas para os educadores brasileiros não surgiu da noite para o dia, mas ficou mais evidente ao longo da pandemia de coronavírus (Covid-19), uma vez que situações que já eram difíceis se tornaram ainda piores. "Os investimentos para adequar o espaço de trabalho em casa para poder continuar lecionando por meio de aulas remotas foram bancados pelos próprios professores. As instituições de ensino se limitaram a oferecer treinamento e algumas plataformas virtuais", ressalta o diretor.

Não é incomum que se ouça, principalmente em tempos de corrida eleitoral, que os professores precisam de melhores condições de trabalho e mais atenção. No entanto, não é só isso que os profissionais da educação observam no cotidiano. Um estudo divulgado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta que menos de 20% dos professores brasileiros estão satisfeitos com o salário que recebem. O número é um dos menores da América Latina e fica ainda mais distante quando comparado com países mais ricos e mais desenvolvidos.

A desvalorização salarial é uma das principais marcas da carreira dos docentes no Brasil. Segundo Eduardo Rolim, a defasagem, que atualmente está entre 27% e 28%, deve atingir 30% até o final de 2021 por causa da inflação. O último reajuste foi feito há quase cinco anos, em janeiro de 2017.

A reforma da Previdência, implantada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, também agravou as questões salariais. A medida fez com que os servidores ativos e inativos passassem a pagar mais para Previdência a partir de março de 2020, no período em que a pandemia chegou ao Brasil, afetando fortemente a renda das famílias.

Conforme explica Eduardo Rolim, a desvalorização dos professores por parte do atual governo não atinge somente questões salariais. Segundo ele, a falta de investimentos em ciência e pesquisa – que são duas áreas fundamentais para as atividades educacionais -, também afeta negativamente a carreira dos educadores. A fala de Rolim pode ser ilustrada pelo orçamento pífio com que a ciência brasileira tem sobrevivido. Em 2021, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) sofreu redução de 29% em seus recursos, na comparação com o ano passado. De R$ 11,8 bilhões, o montante foi reduzido para R$ 8,3 bilhões. Os recursos de fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) – que é vinculado ao MCTI -, foi calculado em R$ 23,7 milhões, quantia absolutamente irrisória para a sustentação da produção científica nacional.

Com a queda no volume de investimentos, os professores têm procurado alternativas para que a produção de conhecimento científico não fique completamente parada. "Os professores estão buscando empresas privadas, porque no setor público os recursos estão escassos. Além do corte orçamentário, o volume de bolsas para pesquisadores também caiu e não atende a maioria dos professores mais jovens", destaca Eduardo Rolim.

Os cortes orçamentários, alerta Rolim, poderão causar danos irreversíveis à ciência e ao ensino no País. "Não são apenas questões meramente financeiras. Ciência e pesquisa são fundamentais para que possamos executar nossas funções. Como professores, trabalhamos com a tríade ensino, pesquisa e extensão.

Cenário pode piorar

A reforma administrativa proposta pelo Governo Federal prevê, entre outras questões, ameaças à estabilidade dos servidores públicos. Segundo Rolim, o fator pode causar ainda mais pressão no trabalho dos professores. "Isso é extremamente perigoso. Educadores desenvolvem conhecimento e o fim da estabilidade será também o fim da liberdade acadêmica. Afinal, eles poderão perder seus cargos se não cumprirem aquilo que a instituição ou o governo quer que seja dito em sala de aula", avalia.

Neste sentido, a PEC 32/20 entra em confronto direto com a Constituição Federal. É o que avalia o presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), professor Flávio Alves da Silva. "O artigo 206 diz que o ensino deve ser ministrado com base nos princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, o saber. Se essa proposta absurda do governo for aprovada, os educadores deixarão de ter liberdade de cátedra e ficarão em situação de vulnerabilidade, dependendo de quem for ministro, presidente, governadores, prefeitos, secretários, reitores e diretores", sentencia.

De acordo com o presidente do Adufg, a proposta reflete a política de desvalorização dos serviços públicos e dos servidores do atual governo. "É uma gestão homofóbica, machista, contra minorias e contra a ciência. A política de Bolsonaro e Paulo Guedes é um rolo compressor, que deixa um rastro de destruição por onde passa".

Outro fator que tem gerado insatisfação nos docentes é o tratamento do atual governo às universidades. Desde que Bolsonaro assumiu a Presidência da República, sua gestão declarou guerra às instituições. No início, tentou asfixiá-las financeiramente. Depois, passou a desqualifica-las, afirmando que elas deixaram de ser "ambientes de estudos" e se converteram em "lugar de greves, arruaças e baderna".

No entanto, uma das ofensivas mais importantes foi o modo como o presidente passou a escolher os novos reitores. Bolsonaro não hesitou em fazer justamente o oposto de seus antecessores, rejeitando o primeiro colocado das listas tríplices escolhidos pela comunidade acadêmica, sob a justificativa de que ele, por princípio, seria um esquerdista, uma vez que as federais seriam um ambiente de "esquerda".

Após dois anos e meio de Bolsonaro como presidente, 19 dos 50 reitores escolhidos desde 2019 não foram os mais votados nas eleições internas e a maioria do grupo está alinhada à gestão federal.

Os relatos hoje nessas universidades são de comunidades rachadas, decisões sem consultas a colegiados, paralisia administrativa e na organização da volta presencial. Há, ainda, queixas de perseguição a professores e alunos – além de uma espécie de processo de impeachment contra um dos reitores.

Junta-se ao quadro político uma redução orçamentária promovida pelo governo nas 69 instituições. Entre 2019, antes da pandemia, e 2021, as verbas das federais tiveram queda de 18%. A maioria delas não conseguiu fazer investimentos para uma volta presencial, como adaptar a ventilação, comprar máscaras e álcool em gel.

Saúde mental em risco

A medicalização social, que contribui para que problemas psicossociais ou as mais simples diferenças humanas sejam consideradas doença, tem sido objeto de estudo desde os anos 1970. Por causa do grande consumo de psicotrópicos nos últimos anos, houve um aumento no número dessas investigações. No entanto, poucas delas tiveram como foco os educadores. Neste sentido, uma pesquisa conduzida pela professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Gisele Toassa, teve como base licenças psiquiátricas de docentes de Goiânia que têm relação com o trabalho que desenvolvem.

A pesquisa começou em 2018 e ainda está em andamento, com previsão de término para setembro de 2022. A professora e os graduandos da equipe de pesquisadores analisaram dados disponibilizados pela Junta Médica Municipal e produziram estatísticas descritivas e análises qualitativas de 110 dos prontuários dos docentes que tiraram ao menos uma licença psiquiátrica entre 2015 e 2017. "O estudo ainda está em andamento, mas já conseguimos identificar alguns fatores de risco. Percebemos que os professores que mais tiraram licença no período analisado são: de etnia não branca; divorciados; com mais tempo de serviço e de baixa renda. Portanto, verificamos que as condições de vida e as relações de trabalho são decisivas nesse processo de adoecimento", detalhe Gisele.

Conforme explica a professora, com os resultados da pesquisa, o passo seguinte será dialogar com autoridades da área de saúde para a formulação de políticas públicas destinadas aos professores. "É fundamental integrarmos a psicologia no campo das lutas sociais dos professores e das reivindicações trabalhistas. Precisamos refletir sobre o quão desvalorizado é o trabalho dos docentes e de que forma isso influencia na saúde mental deles. Com a pesquisa, percebemos que os profissionais se sentem desvalorizados", destaca.

A professora pontua, ainda, que existem políticas de saúde mental que poderiam ser adotadas e que passam pela valorização da categoria docente. "Neste sentido, nosso estudo tem a importância de propor a criação de um processo de monitoramento da saúde mental da categoria para termos as intervenções necessárias", conclui.

CIÊNCIA BRASILEIRA ATRAVESSA MOMENTO DE CORTES, DESINFORMAÇÃO E NEGACIONISMO

DIRETOR EXECUTIVO DA FUNAPE DA UFG, PROFESSOR ORLANDO AMARAL, ANALISA O ATUAL CENÁRIO E FALA SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DO DESCASO GOVERNAMENTAL

Foto: Erik Ely

"Não se pode imaginar um país soberano e independente sem ciência, corpo de cientistas e institutos de pesquisas sólidos"

Vinícius Braga

A área da ciência, tecnologia e inovação enfrenta o pior momento dos últimos tempos no Brasil. Como se não bastasse o sucateamento por consequência dos sucessivos cortes orçamentários, o Governo Federal demonstra total descaso com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), comprometendo o trabalho de pesquisadores brasileiros e o avanço da pesquisa acadêmica.

O recente apagão do CNPq é mais uma prova deste menosprezo. Em junho, cientistas tiveram dificuldade para acessar a plataforma Lattes, utilizada pelo meio acadêmico para inclusão de currículos, além de diversos sistemas de informática do órgão. O problema foi provocado pela queima de um dispositivo que tem a função de controlar os servidores onde as plataformas ficam hospedadas.

O diretor executivo da Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape) da UFG, professor Orlando Amaral, demonstra preocupação. "A plataforma Lattes foi desenvolvida pelo CNPq nos últimos 40 anos e passou a ser usada na forma atual no início dos anos 2000. Esse apagão reflete problemas de manutenção, que são decorrentes da falta de recursos. Inclusive, é uma situação muito comum em várias instituições de pesquisa no Brasil. Esse do CNPq, em especial, teve uma grande repercussão e ligou o alerta para o descaso comum do governo".

Cortes orçamentários

O docente define o cenário como desolador. Como exemplo, ele cita os cortes orçamentários feitos pelo Governo Federal em importantes instituições de ensino e pesquisa. "Há sinais muito claros dessa tendência de destruição da ciência brasileira e da educação de uma maneira geral. O CNPq, que é a principal agência brasileira de fomento à pesquisa, uma instituição de mais de 70 anos, com imenso legado na pós-graduação de pesquisadores no Brasil, vem sofrendo cortes sistemáticos. Houve uma queda de R$ 3 bilhões, em 2014, para menos de R$ 1 bilhão, em 2021", pontua Orlando Amaral.

Ele também menciona a queda no valor da cota de importação do CNPq. Antes, na ordem de US$ 300 milhões, para menos de US$ 100 milhões. "Isso nos afeta profundamente, não só na UFG, mas em outras universidade brasileiras também. Boa parte da pesquisa do Brasil é feita com insumos e equipamentos importados e, neste momento, nós não temos a isenção das taxas para aquisição de insumos e equipamentos.

Consequências

Segundo o professor, os constantes ataques do Governo Federal à ciência brasileira, às universidades e às instituições de pesquisa são lamentáveis, mas não surpreendem, já que Bolsonaro deixou isso claro mesmo antes de assumir o cargo.

As consequências desta política de desmonte, acrescenta Orlando Amaral, são inúmeras e graves. "Não se pode imaginar um país soberano e independente sem ciência, corpo de cientistas e institutos de pesquisas sólidos. É isso que dá ao país uma capacidade de gerar conhecimento e de fazer uma competição de igual pra igual com os países mais desenvolvidos", analisa.

Neste período de pandemia, em especial, ficou evidente o quanto o desprezo e o negacionismo prejudicaram respostas à Covid-19. "Nós estamos perdendo terreno em relação aos países mais desenvolvidos. Enquanto os Estados Unidos, a China e vários outros países aumentaram os investimentos em ciência neste momento tão crítico, no Brasil, tivemos a redução. É algo extremamente grave", diz.

Expectativa

Orlando Amaral não demonstra otimismo em relação a uma mudança de posicionamento do presidente Jair Bolsonaro sobre a ciência, mas pondera que o engajamento de toda a sociedade é de suma importância para que a área seja devidamente reconhecida.

"Todos os pronunciamentos do presidente e dos seus ministros vão na direção contrária à ciência. Por isso, a mobilização de professores, cientistas e da sociedade em geral é tão importante para que nossos representantes no Congresso adotem medidas que revertam esse discurso governamental", afirma.

Como diretor executivo da Funape, o docente garante que a fundação vai continuar seu trabalho na execução de projetos relevantes e que fomentam a ciência. "Apesar de todo esse cenário, ao longo dos últimos três anos, a Funape ampliou consideravelmente a sua receita, graças à capacidade e à qualificação dos nossos pesquisadores da UFG e de outras instituições que foram atrás de financiamento. A importância de uma instituição como a nossa é que, neste momento, funcionamos como a válvula de escape paras as restrições sérias dos orçamentos das instituições de ensino e de pesquisa Brasil afora", finaliza.

MUSICOTERAPIA DA UFG CELEBRA 22 ANOS DE HISTÓRIA E REINVENÇÃO

COMO FORMA DE COMEMORAR A DATA, DOCENTES DO CURSO LANÇARÃO UM LIVRO EM NOVEMBRO

Foto: Arquivo Pessoal

Professora Eliamar A. Fleury Ferreira é uma das docentes organizadoras da obra

Foto: Arquivo Pessoal

Livro reúne 10 trabalhos desenvolvidos em ações de ensino, pesquisa e extensão

Vinícius Braga

Celebrar os 22 anos do curso de Musicoterapia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e registrar importantes feitos da graduação durante essa trajetória. Este é o propósito do livro "Encontros em Musicoterapia: Temas em Ensino, Pesquisa e Extensão", que será lançado em novembro deste ano pela Editora CRV, e assinado pelas docentes Eliamar A. Fleury Ferreira, Fernanda Valentin, Cláudia Regina O. Zanini, Mayara Kelly Alves Ribeiro, Tereza Raquel Alcântara-Silva e Sandra Rocha do Nascimento.

A obra reúne 10 trabalhos desenvolvidos em ações de ensino, pesquisa e extensão. Cada um deles se transformou em um capítulo escrito em coautoria com profissionais egressos do curso. "O livro traz um olhar amplo acerca da musicoterapia em Goiás. É um balanço desses 22 anos de história, que veio para enriquecer as nossas práticas e contribuir para o crescimento da profissão", diz a professora Eliamar, uma das organizadoras.

Com orgulho, ela lembra que a UFG foi a primeira instituição pública federal a ofertar a musicoterapia como graduação. No começo, eram especializações e, desde que deu-se o início ao curso, em 1999, a profissão ganhou destaque em Goiás e passou a evidenciar a sua importância na área da saúde.

"Ao longo desses anos, avançamos bastante e acompanhamos as mudanças necessárias, já que as demandas mudam com o tempo. Percebemos que a sociedade tem compreendido a função de um musicoterapeuta e como os elementos da música, como o ritmo e a melodia, ajudam a promover a saúde", afirma.

A graduação proporciona ao aluno uma formação híbrida, que envolve conhecimento de três grandes áreas: música, que é sua linguagem principal; saúde e humanas, além dos conhecimentos específicos de musicoterapia. Para levar esse trabalho ao público-alvo, ações de extensão e pesquisa são promovidas por professores musicoterapeutas da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac) e alunos, dispostos a trabalhar para atender as demandas da comunidade.

Algumas destas ações são mencionadas na obra, entre elas o estágio no Hospital Araújo Jorge, em Goiânia, na área de pediatria. "Apresentamos dois artigos de egressas que eram estagiárias no local e fizeram um trabalho de muita qualidade com os pacientes. No livro, há vários casos que evidenciam a grandiosidade da nossa profissão", adianta a docente.

Mudanças

Entre as mudanças atuais sofridas pelo curso, Eliamar pontua a modificação na grade, passando de integral para o período matutino. "A mudança veio para atender as necessidades dos nossos alunos, já que muitos precisam trabalhar. Com aulas o dia todo, isso acaba se tornando impossível. Portanto, fizemos essa adaptação para que eles consigam conciliar trabalho e estudo, mantendo a qualidade na formação".

Outra alteração lembrada pela professora foi a retirada da prova de habilidades e conhecimentos específicos de música, realizada como exigência para ingresso na graduação. "Esse era um fator que fazia muitos candidatos desistirem do curso, principalmente aqueles que moram em outro estado. Eles deveriam vir a Goiás para fazer essa avaliação, o que demanda mais gastos financeiros, tempo e, sobretudo, o empecilho para participação do curso no SISU, instituído pelo Ministério da Educação. Fizemos uma análise a nível nacional e o Conselho Diretor da Emac aprovou a retirada da prova. Foi uma grande conquista e, como resultado, tivemos um aumento expressivo de interessados pela graduação, com todas as vagas preenchidas".

Em 2018, na última avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o curso teve nota máxima. "Para nós, é motivo de honra e alegria. É a recompensa de um trabalho feito com amor e dedicação para que nossos alunos se tornem profissionais devidamente capacitados, atuando com responsabilidade, ética e com suas práticas embasadas em conhecimentos científicos", comemora.

Benefícios

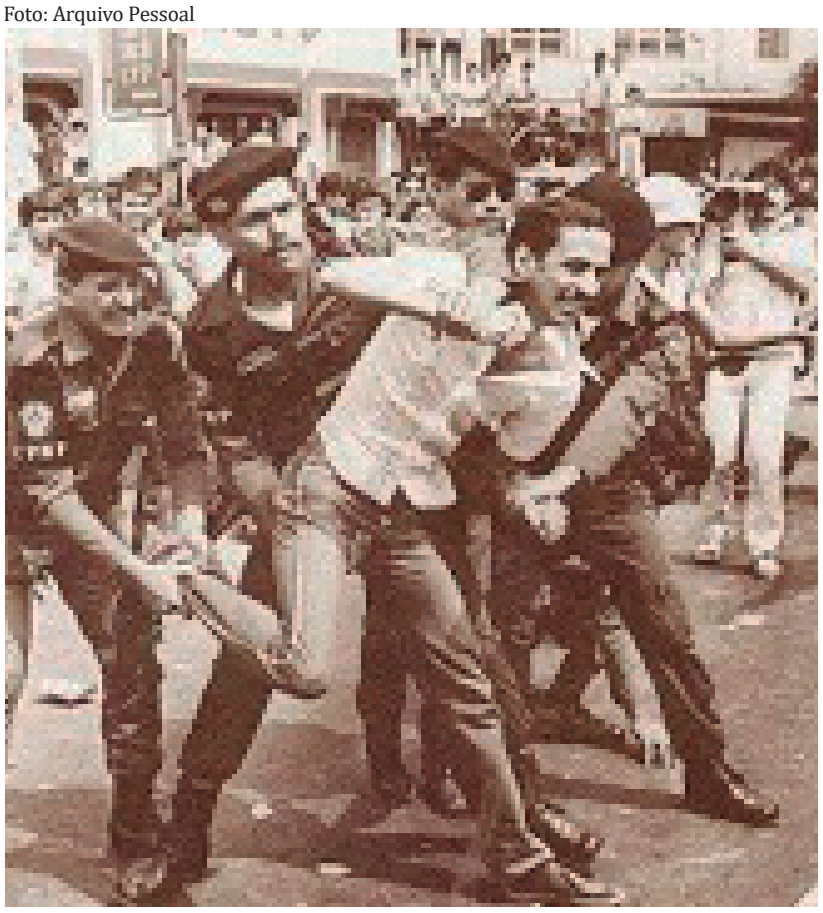
Especialmente neste contexto de pandemia, a musicoterapia tem se mostrado como uma matéria-prima na área terapêutica. Ela pode ser aplicada tanto na prevenção quanto no tratamento de diversas doenças, nas diferentes faixas etárias, não sendo necessário ao paciente qualquer conhecimento prévio de música.

O musicoterapeuta usa a musicalidade clínica no tratamento e pode atuar em diferentes áreas, como: saúde mental, lidando com transtornos mentais; hospitalar, no tratamento de pacientes; clínica, com indivíduos que buscam o autoconhecimento e o autocuidado com a saúde mental.

“O MOMENTO DE IRMOS À LUTA É AGORA. SÓ ASSIM VAMOS TIRAR O BRASIL DO PRECIPÍCIO”

EM ENTREVISTA AO JORNAL DO PROFESSOR, O DOCENTE ROMUALDO PESSOA, DO IESA-UFG, FAZ UMA ANÁLISE DO ATUAL MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Foto: Arquivo Pessoal



Mesmo com a repressão violenta da ditadura, Romualdo sempre lutou pela democracia

Foto: Erik Eli

“É preciso unificar os objetivos a favor da democracia e da liberdade”

Vinicius Braga

Constantes ataques à democracia, à liberdade de imprensa, ao sistema eleitoral e ao equilíbrio dos poderes. Essas são algumas das vertentes do Governo Federal que escancaram a maior crise política, econômica e humanitária da história recente. O atual cenário é assustador até para quem viveu os tempos sombrios da ditadura militar, como o professor Romualdo Pessoa. Com uma história marcada pela luta a favor da democracia, o docente do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA-GO) analisa o momento político brasileiro, relembra a militância na juventude e fala sobre suas expectativas.

Jornal do Professor: Como o senhor avalia o atual momento político brasileiro?

Romualdo Pessoa: O momento reflete todo um processo que se inicia, pela minha análise, em 2013, nas chamadas Jornadas de Junho. A partir delas, houve uma aversão àqueles movimentos e aos partidos políticos. Nas manifestações que se sucederam, não era permitida a participação de partidos. E isso, evidentemente, atinge a democracia. Foi o que aconteceu até implicar o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Algo que, comprovadamente, não tem nada contra ela. Foi uma decisão política de um Congresso conservador, por meio de um personagem, deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, que tentava desestabilizar o governo, além da traição vinda do vice-presidente, Michel Temer.

Representando o movimento da extrema direita, Bolsonaro saiu dos porões e partiu para a ofensiva, usando mecanismos baixos, como discursos agressivos e fake news. Um governo que veio para atacar tudo que houve de avanço no Brasil, por meio de uma postura absolutamente refratária a qualquer caminho que significasse a manutenção das liberdades individuais, dos direitos humanos e da própria democracia.

JP: O senhor já foi militante em movimentos estudantis na época da ditadura militar. Como foi atuar neste período tão sombrio?

Romualdo: Eu entrei na universidade em 1980 e a ditadura foi até 1984. Para derrubá-la, eu participei de muitos movimentos. Nós sempre fomos destemidos, independentemente das restrições e dos mecanismos de repressão que existiam. A partir de 1979, reconstruímos as entidades estudantis e fomos à luta para tirar do poder aquele regime persecutório, que impedia que a democracia se estabelecesse no Brasil.

Em razão disso, fui detido algumas vezes. No dia 7 de setembro de 1981, fizemos uma manifestação no meio do desfile e houve uma forte repressão. Muitas pessoas foram presas, inclusive eu. Mas, isso não nos intimidava. Pelo contrário, estávamos dispostos a lutar contra tudo que tentasse privar a nossa liberdade.

JP: Uma pesquisa recente do Instituto Opinião aponta que 74,5% dos brasileiros avaliam que democracia é a melhor forma de governo em qualquer situação. Além disso, 10,3% consideram que há circunstâncias em que a ditadura é melhor do que um regime democrático. Como o senhor analisa os resultados?

Romualdo: Depois de tanta luta pela democracia, como podemos perdê-la? Democracia significa governo da maioria, governo do povo para o povo. Porém, no Brasil, tem aumentado cada vez mais o número de pessoas vivendo na miséria absoluta. Isso acaba tirando a autoestima. Cidadania é ter acesso a emprego, moradia, condições dignas de vida. Então, que democracia é essa que nós vivemos, na qual a maioria da população não tem acesso a condições básicas?

A meu ver, o que temos não é propriamente uma democracia, mas uma cleptocracia e uma plutocracia. Um estado dominado e governado por segmentos que usurpam a riqueza do país, em detrimento pessoal, e de uma camada social minoritária. Um poder que mantém a maioria da população submetida a medidas paliativas, refém do poderio político dos ricos e dos que destroem o estado de bem-estar social. O que estamos vendo agora é exatamente isso.

JP: Qual sua expectativa para os próximos anos?

Romualdo: Para responder essa pergunta, vou usar uma frase do Ariano Suassuna, que diz: “O otimista é um tolo, o pessimista é um chato e o bom mesmo é ser um realista esperançoso”. É preciso haver expectativa que as coisas podem melhorar. Para isso, devemos lutar pelos nossos direitos, por aquilo que há décadas imaginávamos que seria melhor para o país. Chegamos a um estágio que absolutamente não é aquilo que esperávamos. Portanto, precisamos reconstruir o presente e buscar o caminho para reencontrarmos nossos sonhos. É preciso unificar os objetivos a favor da democracia e da liberdade. O momento de irmos à luta é agora, com unidade. Só assim vamos tirar o Brasil do precipício.

SENSOR ELETROQUÍMICO PODE PROMOVER DIAGNÓSTICO MAIS RÁPIDO E EFICAZ PARA DENGUE E ZIKA VÍRUS

PESQUISA REALIZADA POR ESTUDANTE EGRESSO DO INSTITUTO DE QUÍMICA TEM POTENCIAL PARA PATENTEAMENTO E PODE SER ADAPTADA PARA COVID-19

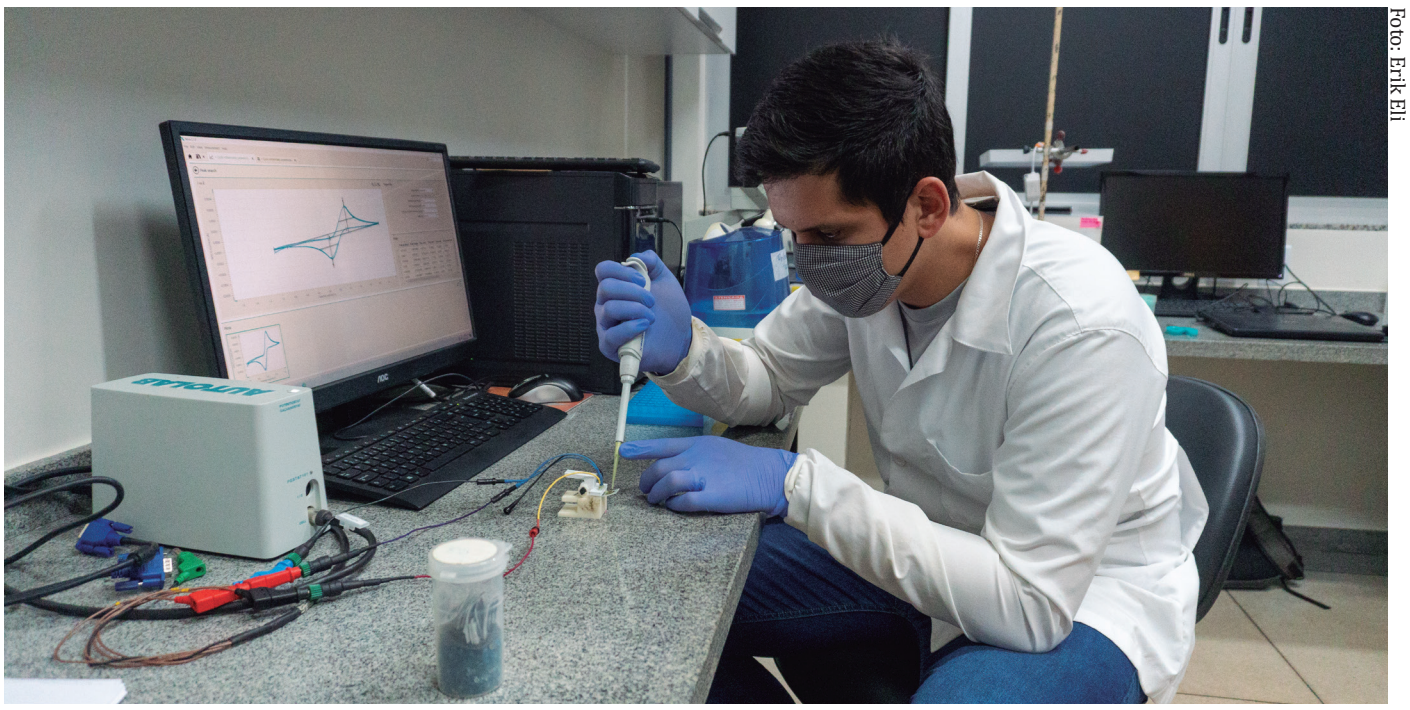


Foto: Erik Eli

Lucas Ferreira estudou Química na UFG e agora segue para mestrado na Université Paris Sciences & Lettres

Luciana Porto

Uma das arboviroses mais comuns no Brasil, somente em Goiás 57.318 casos de Dengue foram notificados este ano pela Secretaria de Estado da Saúde. Os dados apontam ainda que as notificações do zika vírus sofreram redução de pelo menos 69% com relação a 2020 (apenas 73 notificações até o momento), sendo Luziânia o município com maior número de casos. Com o objetivo de promover um diagnóstico de resposta rápida e eficaz das duas arboviroses, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás (IQ-UFG) levou Lucas Ferreira de Castro a ser o primeiro estudante da instituição a conquistar o Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Sob orientação do professor Wendell Coltro, ele desenvolveu um biossensor eletroquímico de baixo custo para diagnóstico de Dengue e Zika vírus. O projeto possui potencial para patenteamento e também está em processo de customização para o diagnóstico da Covid-19.

Papel e grafite: esta é a base para o funcionamento do sensor eletroquímico. O docente explica que quando depositado no papel, o grafite torna-se um meio condutor com eletrodos. No caso da pesquisa para o diagnóstico do vírus da dengue e zika, a equipe contou com o apoio do laboratório do professor Valtencir Zucolotto, titular do Instituto de Física de São Carlos - IFSC da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Grupo de Nanomedicina e Nanotoxicologia GNano/IFSC/USP. Durante uma semana Lucas permaneceu em estudo no laboratório do docente para identificar um marcador biológico específico para o reconhecimento de ambos os vírus. “Essas moléculas marcadoras para a dengue e para o zika vírus (quitosana e o glutaraldeído) são colocadas colocada sobre a tinta de grafite, que forma um eletrodo. Então há uma ligação química entre eles capaz de reconhecer o anticorpo dos vírus, permitindo a sua detecção”, explica Coltro.

Até o momento, a pesquisa ainda não realizou testes em amostras reais de pacientes. No entanto, o professor do Instituto de Química prevê uma parceria com o Laboratório de Análises Clínicas e Ensino em Saúde da universidade (Laces/UFG) e também com o Hospital das Clínicas. O projeto desenvolvido pelo estudante contempla o plano de “Desenvolvimento de plataformas microfluídicas para aplicações analíticas e bioanalíticas”, coordenado pelo docente, financiado pelo CNPq e apoiado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Bioanalítica (INCTBio). O diferencial da invenção é que sua produção possui baixo valor monetário, custando U$ 0,35 cada 100 unidades, e que o sensor é capaz de identificar separadamente cada vírus. “Essa exigência mercadológica de um dispositivo capaz de identificar simultaneamente a presença tanto do vírus da dengue quanto do zika nos testes sorológicos que me motivou nessa pesquisa”, reforça Lucas.

Por se tratar de inovação tecnológica, o sensor eletroquímico tem potencial para patenteamento. De acordo com Lucas, o processo para depósito ainda será aberto, assim como a publicação científica do artigo da pesquisa. Além disso, Wendell Coltro comemora que Lucas e o trabalho do sensor saíram do Programa de Iniciação à Pesquisa Científica, Tecnológica e em Inovação da UFG. De acordo com o orientador, os estudantes, em geral, aproveitam as oportunidades e se destacam nacional e internacionalmente com trabalhos desenvolvidos por meio do programa. “Muitos dos primeiros estudantes que orientei já se formaram e estão cursando pós-graduação, estão atuando na indústria, na academia ou estão realizando estágios no exterior. Nós usamos a expertise que temos aqui dentro da UFG para criar soluções mercadológicas. A universidade se beneficia com esses projetos e ganha cada vez mais notoriedade e protagonismo em termos de inovação, não apenas no Centro-Oeste como em todo o País”, celebra o docente.

Reconhecimento

No início deste texto, falamos sobre o Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq, que pela primeira vez na história da universidade um estudante da UFG foi contemplado. O objetivo do prêmio é reconhecer os bolsistas de iniciação científica e tecnológica que se destacaram durante o ano sob os aspectos de relevância e qualidade do seu relatório final, bem como as instituições participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). O pesquisador, que acabou de ser aprovado para mestrado na Université Paris Sciences & Lettres, na França, conta que recebeu uma ligação do presidente do CNPq (Evaldo Ferreira Vilela) parabenizando-o pelo prêmio e ressaltando a importância de pesquisas de alto impacto desenvolvidas nas universidades federais brasileiras.

INFORME JURÍDICO

JUSTIÇA FEDERAL NEGA PEDIDO DE LIMINAR DO MPF PARA RETORNO DE AULAS PRESENCIAIS NA UFG

A Justiça Federal negou pedido do Ministério Público Federal (MPF) para o retorno das aulas presenciais na Universidade Federal de Goiás (UFG) até o final de setembro. A decisão foi proferida pelo juiz Jesus Crisóstomo de Almeida, em ação civil pública em que o MPF alegava não haver mais justificativa para o ensino remoto emergencial, adotado em razão da pandemia do coronavírus (Covid-19).

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior de Goiás (Sint-Ifesgo) ingressaram na qualidade de amicus curiae e pediram o indeferimento da ação. As três entidades destacaram, entre outras questões, que Goiás conta com alto nível de infecção por Covid. Lembraram, ainda, que um painel publicado pelo jornal norte-americano The New York Times apontou o Estado como a maior média de mortes e contaminação para cada 100 mil habitantes no Brasil no início de agosto.

A articulação metodológica entre as modalidades presencial e remota, como também pediu o MPF, já é contemplada pelo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da UFG. Na decisão, o juiz considera que a universidade tem adotado as medidas cabíveis para assegurar à comunidade acadêmica adequadas condições de aprendizagem, dentro das condições que o momento de crise sanitária permite. O magistrado pontuou, ainda, não ver motivos para uma interferência judicial nas decisões da UFG.

Importante lembrar que, mesmo diante da pandemia, as universidades federais goianas não ficaram paradas. Os decentes se reinventaram e adotaram o Ensino Remoto Emergencial (ERE) para que os estudantes não ficassem sem aulas. Todos os docentes e servidores estão empenhados na luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

POSSÍVEIS IMPACTOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA PARA POPULAÇÃO

Rodrigo Guedes Casali é advogado e assessor jurídico da Proifes-Federação

Em breve a população brasileira perceberá (se ainda não notou) que a estrutura do serviço público está em processo de sucateamento. Essa situação se iniciou em 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o "teto de gastos" do poder público. Com a Emenda Constitucional 95 orçamento de um ano não pode ser superior ao do ano anterior mais a inflação, ou seja, não haverá investimento real no serviço público. O problema é que esse limite se relaciona apenas às despesas primárias, de serviços públicos essenciais, como saúde e educação e gastos com servidores. Contraditoriamente, o pagamento de juros da dívida pública não sofrerá qualquer restrição.

Essa falta de investimento já está causando sérios problemas aos serviços públicos essenciais, como é o caso da educação superior pública. O recurso disponível em 2021 é 37% menor se comparado ao de 2010, corrigido pela inflação. Em valores atualizados, o orçamento do MEC para o ensino superior em 2010 seria hoje o equivalente a R$ 7,1 bilhões. Em 2021, é de R$ 4,5 bilhões. Houve queda também em relação a 2020, quando foi de R$ 5,5 bilhões.

A PEC 32 foi editada neste contexto de abandono de investimento em serviço público e, provavelmente, trará graves consequências à população pelos seguintes motivos:

- Os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e municípios) poderão terceirizar os serviços por meio de contratos de cooperação com entidades privadas, conforme prescreve o "novo" art. 37-A, que será incluído na Constituição Federal. Somente não poderá haver terceirização nas atividades privativas de cargos exclusivos de Estado. A PEC 32 estabelece quais são as referidas carreiras típicas de Estado, e saúde e educação, pasmem, não estão enquadradas rol estabelecido pela "reforma administrativa".

- O novo art. 37-A possibilita todos os meios legais para efetivação de um novo "future-se". Isso poderá graves consequências à população, pois hoje as universidades federais desenvolvem pesquisas isentas voltadas ao atendimento do interesse público, com a instituição do "future-se" é evidente que se serão as empresas quem irão financiar as pesquisas, então elas serão desenvolvidas para atender os interesses privados de quem financia e não o interesse público.

- As contratações serão conforme valores praticados no mercado, muito inferiores e, com certeza, isso afetará a remuneração dos servidores públicos. As verbas públicas serão destinadas aos contratos de gestão/cooperação, o que, por óbvio, esvaziará os recursos para os servidores de carreira, o que impactará nos reajustes dos servidores. Atualmente os cargos públicos são ocupados por pessoas bastante qualificadas e isso ocorre por dois motivos essenciais: realização de concursos públicos e remunerações acima da média de mercado.

- A partir do momento em que se exigirá apenas um procedimento simplificado de contratação (ao invés de concursos públicos) com o pagamento de salários inferiores aos valores hoje praticados é evidente que o quadro de servidores públicos terá uma sensível redução na qualificação, pois as carreiras públicas deixarão de ser atrativas (outro prejuízo para a sociedade).

- A imposição dos serviços públicos a chamada "lógica do lucro", pois, diferentemente do que ocorre na iniciativa privada, ao prestar serviços públicos o Estado não deve se preocupar em dar lucro ou não, mas sim em prestar serviços para a população com qualidade.

A "reforma administrativa" abandona totalmente essa ideia de prestar serviços públicos com qualidade, o que ela busca, única e exclusivamente é a redução de despesas do Estado, sem se preocupar com as consequências nefastas que isso trará para a população que, a médio prazo perceberá essa perda de qualidade. Mesmo porque é importante afastarmos a falsa ideia de que a iniciativa privada é efetiva e o serviço público é ineficiente. Trata-se de verdadeiro mito.

A pandemia de covid-19 comprovou justamente o contrário, quando a sociedade mais precisou de pesquisas para solucionar esse problema social e de saúde, pasmem, mais de 90% das pesquisas e resultados foram desenvolvidas pelas universidades públicas. Onde estava a tão eficiente iniciativa privada quando a população precisou dela para solucionar (ou, pelo menos, amenizar) esse problema social e sanitário tão grave?

Isto posto, impõe-se concluir que a "reforma administrativa" ao focar apenas a redução de gastos do Estado sem se preocupar com a redução da qualidade da prestação dos serviços públicos (que, evidentemente ocorrerá) trará um enorme prejuízo para toda a população, em especial para as pessoas de baixa renda, que são as que mais utilizam os serviços públicos.

Foto: Rafael Vaz

Adufg-Sindicato e Proifes-Federação intensificaram ações para barrar a PEC 32/20

ADUFG-SINDICATO E PROIFES-FEDERAÇÃO MARCAM PRESENÇA EM AÇÕES CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) e a Proifes-Federação têm participado, em Brasília, da intensa movimentação contra a reforma administrativa do Governo Federal. Diversas atividades de mobilização foram realizadas nas últimas semanas por servidores públicos, entidades sindicais e movimentos sociais.

Um dos principais objetivos das ações é pressionar os deputados federais para que votem contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20 que tramita atualmente na Câmara Federal.

Os esforços começaram a surtir efeito. Tanto que líderes dos partidos da base do governo no Congresso, segundo o jornal O Globo, já descartam a aprovação da proposta neste ano. Segundo a publicação, havia expectativa de que o texto, aprovado pela comissão especial da Casa, fosse discutido no final de setembro pelas bancadas, mas os planos foram adiados porque não há previsão de quando a matéria será pautada. O consenso é de que não existem os 308 votos necessários para aprovar a reforma no plenário, apesar do empenho do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

PEC DO RETROCESSO

Entre as medidas mais duras da proposta, estão a perda da estabilidade e outros direitos históricos dos servidores. A reforma também pode abrir caminho para a terceirização de serviços públicos, o que trará prejuízos, em especial, à população mais pobre, camada que mais depende de áreas, como saúde, educação e segurança pública.

Pelo Adufg-Sindicato, estiveram presentes nas atividades o presidente, professor Flávio Alves da Silva, o diretor administrativo, professor João Batista de Deus, o diretor de Assuntos de Aposentadoria e Pensão, professor Abraão Garcia Gomes, o diretor de Assuntos Interinstitucionais, professor Luís Antônio Serrão Contim, e os professores sindicalizados Marley Apolinário Saraiva e Luciana Silva Rocha Contim.

UFG RETOMARÁ ATIVIDADES PRESENCIAIS EM 2022

Foto: Divulgação

Atividades presenciais serão retomadas pela UFG no próximo ano

A Universidade Federal de Goiás (UFG) deve retomar aas aulas presenciais a partir de janeiro de 2022, três semanas após o início do período relativo ao segundo semestre de 2021. Edward Madureira, o reitor da instituição, afirmou que os alunos da mesma terão o restante do mês de dezembro deste ano para se programarem para um retorno presencial, tomando as devidas providências para isso.

Segundo o reitor, as três primeiras semanas de aula seguirão na modalidade remota, "para que os estudantes que eventualmente estejam fora de Goiânia possam reorganizar a vida, com aluguel e demais providências".

UFG PODE PARAR

Em carta publicada pelo jornal O Popular, o reitor Edward Madureira informou que a UFG tem enfrentado limitações orçamentárias que ameaçam sufocar sua capacidade de funcionamento e desenvolvimento. Mesmo diante de diversos esforços e otimização, a realidade é dramática. "Diante de um orçamento reduzido para R$ 53 milhões, foi gerado um déficit de R$ 20 milhões que inviabiliza o pagamento de despesas básicas nos últimos quatro meses do ano.

PROIFES-FEDERAÇÃO OFICIALIZA FILIAÇÃO À CUT

Imagem: Captura de tela

Filiação da Proifes à CUT fortalece luta em defesa dos serviços públicos

A Proifes-Federação está oficialmente filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O evento foi realizado de forma virtual com transmissão pelo canal da entidade no YouTube. A filiação da instituição à CUT ampliará a articulação e representação nacional da Proifes, somando forças a centenas de outras federações, sindicatos e entidades.

"A Proifes é uma entidade relativamente jovem e que já contribui muito para a defesa dos direitos da classe trabalhadora", disse o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre. Durante a solenidade, Nobre destacou o atual momento do País, que padece com a maior taxa de desemprego, fome e mortes por causa da pandemia da Covid-19.

O presidente alertou para o perigo iminente que a PEC 32/2020 (representa para o serviço público. "Nos mais diversos períodos em que o Brasil viveu a plenitude econômica, nunca foi por causa de investimento da iniciativa privada, sempre foi com planejamento estatal", lembrou Nobre ao criticar o caráter de privatizações do governo Bolsonaro.

Diversas lideranças participaram da solenidade. Entre elas, o presidente da Proifes, professor Nilton Brandão, e o presidente do Adufg-Sindicato e tesoureiro da Proifes, professor Flávio Alves da Silva.

INSISTÊNCIA PELA INCLUSÃO DE TEMAS LIGADOS AOS DIREITOS HUMANOS NA UNIVERSIDADE

PROFESSOR RICARDO BARBOSA DE LIMA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, LEMBRA DOS 33 ANOS DE VÍNCULO COM A UFG E DA SUA LUTA A FAVOR DE GRUPOS VULNERÁVEIS

Vinícius Braga

"Uma história de insistência para incluir temas ligados aos direitos humanos na universidade, buscando cada vez mais o fortalecimento dos vínculos com a sociedade". Essa é a definição dada pelo professor Ricardo Barbosa de Lima, da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), sobre a sua trajetória na Universidade Federal de Goiás (UFG). Com orgulho, ele lembra dos 33 anos de vínculo com a instituição - como aluno, técnico-administrativo e docente - marcados pela constante luta a favor de grupos socialmente vulneráveis.

O interesse por temas sociais começou ainda na infância. Nascido no Setor Campinas, em Goiânia, ele cresceu na livraria da mãe e, no local, desenvolveu sua paixão pela leitura. O que era apenas uma forma de passar o tempo, tornou-se o pontapé inicial para a busca de respostas de temas que o intrigavam, especialmente ligados aos direitos humanos.

Esse envolvimento se deu em dois contextos. Primeiramente, a partir do desastre radiológico do Césio 137, em 1987, na mobilização das manifestações por reparação e apoio às vítimas. Depois, na organização das primeiras greves nacionais conduzidas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Goiás.

Ao ingressar no curso de Ciências Sociais, em 1988, Ricardo trabalhava como técnico em manutenção elétrica e participava ativamente das lutas de seu sindicato. "A minha entrada na UFG foi uma forma de organizar o meu pensamento e aprimorar a minha atuação no movimento sindical", descreve.

Assim, ele logo passou a compor a direção do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (1988-1989) e o Diretório Central dos Estudantes (1989-1990). No DCE, lutou, juntamente com seus colegas, para trazer para a universidade temas que ainda não eram discutidos na UFG, tais como: HIV, a questão ambiental, população LGBTQIA+, entre outros.

Em 1993, ele iniciou a licenciatura em Ciências Sociais, concluindo em 1994. Nesta mesma época, pouco antes de completar 24 anos, foi aprovado em um concurso para sociólogo do Museu Antropológico da UFG. Foi justamente esse o lugar escolhido para a entrevista. "Aqui, eu comecei a fazer pesquisa, como profissional, e tive minhas primeiras publicações de livros e artigos. Foram 13 anos de história. Por isso, tenho um carinho especial pelo local", recorda.

Foto: Erik Ely

Do aluno aplicado ao docente da FCS, Ricardo Barbosa de Lima orgulha-se da sua trajetória na UFG

Docência

Como sociólogo, Ricardo fez mestrado em Sociologia e doutorado em Desenvolvimento Sustentável, ambos na Universidade de Brasília (UnB). Após a conclusão, em 2005, ele passou no concurso para docente da Faculdade de Direito, na Cidade de Goiás.

Seria um grande desafio em sua trajetória, já que os aprovados deveriam estruturar o Campus da cidade e atuarem em um projeto novo: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). A partir de 2006, Ricardo passou a viver suas experiências iniciais na docência e dedicou-se à primeira turma para agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Em 2009, ele trabalhou na unidade da Cidade de Goiás até 2009, quando foi aprovado no concurso para docente de Sociologia na FCS, em Goiânia, onde atua até hoje. "Foram três momentos diferentes e muito especiais dentro da UFG. Primeiro, como sociólogo do Museu Antropológico, depois como professor da Faculdade de Direito e, por último, como professor da Faculdade de Ciências Sociais. Em comum, essas fases carregam o meu anseio de inserir os direitos humanos na UFG, discutindo importantes questões sociais", reflete.

Mudanças

"A sociedade muda e a UFG vem acompanhando esse processo. Ainda há muita coisa a ser feita em relação aos direitos humanos, mas essa é a parte mais legal para quem trabalha na área. A cada conquista, o sarrafo é colocado mais para cima. Não se pode acomodar na mesma esfera". A partir desta análise, Ricardo faz um balanço de sua atuação na instituição e recorda os primeiros passos desta jornada.

Em 1999, juntamente com outros servidores, ele fundou o Programa Direitos Humanos (PDH), do qual foi o primeiro coordenador. Era uma iniciativa interdisciplinar e reunia seis órgãos diferentes. "Assim, o objetivo de institucionalização dos temas sociais emergentes dentro da universidade e da discussão da pauta dos movimentos sociais começa a se desenhar, sempre com a reflexão sobre a atuação do Estado, principalmente da segurança pública", diz.

Ele lembra que o PDH realizou a primeira Especialização em Direitos Humanos para agentes de segurança pública no começo dos anos 2000, além de diferentes cursos de extensão, sempre tratando das questões ambiental, cultural, da diversidade sexual, da violência de gênero e do racismo. Em 2010, o PDH é transformado em Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas em Direitos Humanos (NDH). De 2010 a 2012, Ricardo atuou na coordenação do Núcleo.

"A luta pela defesa dos direitos humanos é uma tarefa infindável. Tudo que estamos vivendo hoje não era assim no passado e não será no futuro. Devemos estar sempre atentos aos diferentes movimentos. É algo que tem a ver com a busca pelo respeito, pela democracia e dignidade humana", conclui o professor.